



## EDITAL DE LEILÃO

**Importante: Os horários previstos neste Edital tomam por base o horário oficial de Brasília (DF).**

**Vara Única da Comarca  
de Porto Murtinho (MS).**

EDITAL de 1ª e 2ª LEILÃO de BENS IMÓVEIS expedidos nos autos da Ação de Execução Fiscal nº 0000127-27.2008.8.12.0040 para intimação da empresa executada **INTEGRASUL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO LTDA (CNPJ nº 37.197.506/0001-42)** por seu representante legal **FÁBIO SILVA DOS SANTOS (CPF nº 543.281.521-49)**, do depositário dos bens imóveis **FÁBIO SILVA DOS SANTOS (CPF nº 543.281.521-49)** dos condôminos **OZÓRIO MIRANDA DOS SANTOS (CPF nº 001.348.802-34)** e **MARIA HELENA SILVA DOS SANTOS** e demais interessados.

O Juiz Substituto da Vara Única da Comarca de Porto Murtinho – MS, Juliano Luiz Pereira, na forma da lei, **FAZ SABER** que, com base o artigo 880 e seguintes do CPC e conforme regulamentado pelo Provimento CSM/TJMS nº 375/2016, por meio do portal [www.vialeiloes.com.br](http://www.vialeiloes.com.br), o leiloeiro público oficial nomeado, o Senhor Ilto Antonio Martins leva a público o pregão de venda e arrematação dos bens abaixo descritos, conforme condições de venda constantes do presente edital. No 1º Leilão, com início no primeiro dia útil subsequente ao da certidão de afixação do Edital no lugar de costume, às 15 horas (14 horas no horário local), e término no dia 12 de novembro de 2018, às 15 horas (14 horas no horário local), entregar-se-á o bem a quem der o maior lance, em valor igual ou superior ao da avaliação. Caso os lances ofertados não atinjam o valor da avaliação do bem no 1º Leilão, o 2º Leilão seguir-se-á sem interrupção e término no dia 26 de novembro de 2018, às 15 horas (14 horas no horário local), ocasião em que o bem será entregue a quem der o maior lance, não se aceitando seja ele inferior a 60% do valor de avaliação (artigo 891, Parágrafo único do Código de Processo Civil e artigo 25 Parágrafo único do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016).

### **DESCRIÇÃO DOS BENS IMÓVEIS:**

#### **ITEM I**

Uma parte do lote de terreno sem número, situado na cidade de Porto Murtinho, na Rua Amadeu Santos e Silva, com medidas: 30,00 metros de frente, igual dimensão nos fundos e 100,00 metros da frente aos fundos, em ambos os lados, com área total de 3.000,00 metros quadrados, com divisas: lado direito, visto da Rua com o terreno de propriedade da Fundação Nacional de Saúde; do lado esquerdo com divisa com o terreno de propriedade da Integrasul Comércio Importação Exportação Ltda. e Outros, aos fundos, com a Avenida de acesso ao terminal Portuário, conforme Matrícula Imobiliária sob nº 1.713 do CRI da Comarca de Porto Murtinho de f. 106/107 dos autos. No referido lote de terreno há edificação de um escritório com medidas: 5,50 metros quadrados por 11,85 metros quadrados em alvenaria, laje, piso de cerâmica, paredes



com massa corrida e pintadas, cobertura em telhas de amianto (canalhetonas), dividido em três salas, uma cozinha, dois banheiros, em bom estado de conservação, terreno todo murado, conforme Auto de Penhora, Depósito e Avaliação de f. 50 dos autos.

**AVALIAÇÃO:** A avaliação do bem imóvel a ser leilado é de R\$ **111.998,56 (Cento e onze mil novecentos e noventa e oito reais e cinquenta e seis centavos)**, considerando a atualização da avaliação, de f 92 dos autos.

## ITEM II

Uma fração ideal de 7.839.30 (sete mil oitocentos e trinta e nove metros quadrados e trinta centímetros), correspondente a 30% (trinta por cento), da área à época, denominada área IV, destacada da Chácara Appaloosa com limites e confrontações devidamente descritas na averbação AV-7/2.806 da Matrícula Imobiliária sob nº 2.806 do CRI da Comarca de Porto Murtinho de f. 108/113 dos autos.

Área cercada na frente com postes de madeira e cinco fios de arame liso, conforme Auto de Penhora, Depósito e Avaliação de f. 50 dos autos.

**AVALIAÇÃO:** A avaliação do bem imóvel a ser leilado é de R\$ **278.303,98 (Duzentos e setenta e oito mil trezentos e três reais e noventa e oito centavos)**, considerando a atualização da avaliação, de f 92 dos autos.

**ÔNUS SOBRE OS BENS IMÓVEIS A SEREM LEILOADOS:** Sobre os bens imóveis constam ônus, a saber:

### **MATRÍCULA IMOBILIÁRIA 1.713**

**R. 6/1.713**, 29 de julho de 2013. Registro de Penhora, por determinação judicial da Vara Única da Comarca de Porto Murtinho-MS, oriunda da Ação de Execução Fiscal, autos sob nº 0000680-11.2007.8.12.0040. Credor: União Federal, conforme matrícula imobiliária atualizada sob nº 1.713 do CRI de Porto Murtinho-MS de f. 106/107 dos autos.

**DÉBITOS DE IMPOSTOS:** Sobre os bens imóveis a serem leilados, constam pendências relativas a impostos IPTU, inscrições Municipais nº: 696 01.1.1.0.001 e 2048 01.1.1.0.000, do período de 2003 a 2018 o valor de 32.223,54, porém, estes ficam sub-rogados no preço, nos termos do artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, não respondendo por eles o arrematante.

**AÇÕES CÍVEIS EM NOME DA EMPRESA EXECUTADA:** Há registros de Distribuição de Feitos Cíveis em nome da executada, a saber:

2ª Vara de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos da Comarca de Campo Grande (MS). Processo: 0008338-14.2004.8.12.0001. (Em grau de Recursos). Ação: Ação Popular. Assunto: Dano ao Erário. Data: 25/06/2013. Exequente: Estado de Mato Grosso do Sul;

Vara de Falências, Recuperações, Insolvências e CP Cíveis da Comarca de Campo Grande (MS). Processo: 0041379-25.2011.8.12.0001. Ação: Carta Precatória Cível. Assunto: Intimação. Data: 21/07/2011. Exequente: Nilson Jacob;

1ª Vara de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos da Comarca de Campo Grande (MS). Processo: 0049707-17.2006.8.12.0001. Ação: Ação Civil de Improbidade Administrativa. Assunto: Dano ao Erário. Data: 12/09/2013. Exequente: Ministério Público Estadual;

10ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande (MS). Processo: 0823275-15.2012.8.12.0001. Ação: Execução de Título Extrajudicial. Assunto: Cessão



**Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Comarca de Porto Murtinho**  
**Vara Única**

fls. 141

de Crédito. Data: 07/12/2012. Exequente: Egelte Engenharia Ltda;  
2ª Vara Cível da Comarca de Corumbá (MS). Processo: 0000575-33.2007.8.12.0008.  
Ação: Carta Precatória – Justiça de Mato Grosso do Sul. Data: 27/02/2007. Exequente:  
Ministério Público Estadual;  
3ª Vara Cível da Comarca de Corumbá (MS). Processo: 0001062-22.2015.8.12.0008.  
Baixado. Ação: Carta Precatória Cível. Assunto: Intimação. Data: 25/02/2015.  
Exequente: Esacheu Cipriano Nascimento;  
2ª Vara Cível da Comarca de Corumbá (MS). Processo: 0001246-75.2015.8.12.0008.  
Baixado. Ação: Carta Precatória Cível. Assunto: Atos Executórios. Data: 05/03/2015.  
Exequente: Esacheu Cipriano Nascimento;  
Vara de Fazenda Pública e de Registros Públicos da Comarca de Corumbá (MS).  
Processo: 0004181-35.2008.8.12.0008. (Baixado). Ação: Carta Precatória. Justiça de  
Mato Grosso do Sul. Data: 07/11/2008. Exequente: Ministério Público Estadual;  
Vara de Fazenda Pública e de Registros Públicos da Comarca de Corumbá (MS).  
Processo: 0004182-20.2008.8.12.0008. (Baixado). Ação: Carta Precatória. Justiça de  
Mato Grosso do Sul. Data: 19/11/2008. Exequente: Ministério Público Estadual;  
Vara de Fazenda Pública e de Registros Públicos da Comarca de Corumbá (MS).  
Processo: 0004183-05.2008.8.12.0008. (Baixado). Ação: Carta Precatória. Justiça de  
Mato Grosso do Sul. Data: 07/11/2008. Exequente: Ministério Público Estadual;  
2ª Vara Cível da Comarca de Corumbá (MS). Processo: 0004184-87.2008.8.12.0008.  
Baixado. Ação: Carta Precatória. Justiça de Mato Grosso do Sul. Data: 15/08/2008.  
Exequente: Ministério Público Estadual;  
2ª Vara Cível da Comarca de Corumbá (MS). Processo: 0008267-20.2006.8.12.0008.  
Baixado. Ação: Carta Precatória. Justiça de Mato Grosso do Sul. Data: 05/11/2006.  
Exequente: Ministério Público Estadual;  
2ª Vara Cível da Comarca de Corumbá (MS). Processo: 0008268-05.2006.8.12.0008.  
Baixado. Ação: Carta Precatória. Justiça de Mato Grosso do Sul. Data: 05/11/2006.  
Exequente: Ministério Público Estadual;  
3ª Vara Cível da Comarca de Corumbá (MS). Processo: 0008269-87.2006.8.12.0008.  
Baixado. Ação: Carta Precatória. Justiça de Mato Grosso do Sul. Data: 05/11/2006.  
Exequente: Ministério Público Estadual;  
2ª Vara Cível da Comarca de Corumbá (MS). Processo: 0012163-71.2006.8.12.0008.  
Baixado. Ação: Carta Precatória. Justiça de Mato Grosso do Sul. Data: 18/12/2006.  
Exequente: Ministério Público Estadual;  
Vara Única da Comarca de Porto Murtinho (MS). Processo:  
0000127-27.2008.8.12.0040. Ação: Execução Fiscal. Assunto: Crédito Tributário. Data:  
18/02/2008. Exequente: União Federal;  
Vara Única da Comarca de Porto Murtinho (MS). Processo:  
0000215-65.2008.8.12.0040. Ação: Cumprimento de Sentença. Assunto: Defeito  
Nulidade ou Anulação. Data: 13/03/2008. Exequente: CMA – CGM Société Anonyme;  
Vara Única da Comarca de Porto Murtinho (MS). Processo:  
0000254-18.2015.8.12.0040. Baixado. Ação: Carta Precatória Cível. Assunto:  
Intimação. Data: 25/02/2015. Exequente: E.C.N;  
Vara Única da Comarca de Porto Murtinho (MS). Processo:  
0000488-05.2012.8.12.0040. Ação: Execução Fiscal. Assunto: Dívida Ativa. Data:  
13/04/2012. Exequente: União – Fazenda Nacional;  
Vara Única da Comarca de Porto Murtinho (MS). Processo:  
0000680-11.2007.8.12.0040. Ação: Execução Fiscal. Assunto: Dívida Ativa. Data:  
13/07/2007. Exequente: União – Federal;  
Vara Única da Comarca de Porto Murtinho (MS). Processo: 0000761-



91.2006.8.12.0040. Baixado. Ação: Carta Precatória. Justiça de Mato Grosso do Sul. Data: 31/10/2006. Exequente: Ministério Público Estadual;  
Vara Única da Comarca de Porto Murtinho (MS). Processo: 0000780-19.2014.8.12.0040. Baixado. Ação: Carta Precatória Cível. Assunto: Citação. Data: 17/07/2014. Exequente: Egelte Engenharia Ltda;  
Vara Única da Comarca de Porto Murtinho (MS). Processo: 0000787-26.2005.8.12.0040. Baixado. Ação: Carta Precatória. Justiça de Mato Grosso do Sul. Data: 07/11/2005. Exequente: Ministério Público Estadual;  
Vara Única da Comarca de Porto Murtinho (MS). Processo: 0000826-18.2008.8.12.0040. Baixado. Ação: Carta Precatória. Justiça de Mato Grosso do Sul. Data: 12/08/2008. Exequente: Ministério Público Estadual;  
Vara Única da Comarca de Porto Murtinho (MS). Processo: 0000827-03.2008.8.12.0040. Baixado. Ação: Carta Precatória. Justiça de Mato Grosso do Sul. Data: 12/08/2008. Exequente: Ministério Público Estadual;  
Vara Única da Comarca de Porto Murtinho (MS). Processo: 0000901-91.2007.8.12.0040. Baixado. Ação: Carta Precatória. Justiça de Mato Grosso do Sul. Data: 06/09/2007. Exequente: Esacheu Cipriano Nascimento;  
Vara Única da Comarca de Porto Murtinho (MS). Processo: 0000903-22.2011.8.12.0040. Baixado. Ação: Carta Precatória Outro. Justiça de Mato Grosso do Sul. Data: 22/07/2011. Exequente: Nilson Jacob;  
Vara Única da Comarca de Porto Murtinho (MS). Processo: 0001001-46.2007.8.12.0040. Suspenso. Ação: Execução Fiscal. Assunto: Crédito Tributário. Data: 16/10/2007. Exequente: União Federal;  
Vara Única da Comarca de Porto Murtinho (MS). Processo: 0001075-95.2010.8.12.0040. Baixado. Ação: Carta Precatória. Justiça de Mato Grosso do Sul. Data: 30/08/2010. Exequente: Ministério Público Estadual;  
Vara Única da Comarca de Porto Murtinho (MS). Processo: 0001392-93.2010.8.12.0040. Suspenso. Ação: Execução Fiscal. Crédito Tributário. Data: 03/12/2010. Exequente: Município de Porto Murtinho-MS;  
Vara Única da Comarca de Porto Murtinho (MS). Processo: 0800205-12.2013.8.12.0040. Ação: Execução Fiscal. Assunto: Dívida Ativa. Data: 18/07/2013. Exequente: União;  
Vara Única da Comarca de Porto Murtinho (MS). Processo: 0800492-38.2014.8.12.0040. Suspenso. Ação: Execução Fiscal. Assunto: Dívida Ativa. Data: 12/11/2014. Exequente: União, conforme certidão de f. 116/118 dos autos.

**ESTADO DOS BENS IMÓVEIS A SEREM LEILOADOS:** Os bens se acham com seu depositário, o Senhor Fábio Silva dos Santos, no endereço: Rua Amadeo Santo e Silva, nº 54, Centro, cidade de Porto Murtinho-MS, e sua entrega dar-se-á por intermédio de Oficial de Justiça.

**CONDIÇÕES DE VENDA:**

- 1) O(s) bem(ns) será(ão) vendidos no estado de conservação em que se acha(m), sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições antes do pregão (artigo 18 do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016);
- 2) O primeiro pregão da alienação judicial eletrônica começa e termina nas datas e horários supraindicados;
- 3) Não havendo lance igual ou superior ao valor da avaliação no primeiro pregão seguir-se-á, sem interrupção, o segundo pregão, que se estenderá até o seu fechamento no dia e hora previsto neste Edital (artigo 25 do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016);



- 4) Em segundo pregão, não serão admitidos lances inferiores a 60% (sessenta por cento) do valor da avaliação (artigo 25, Parágrafo único do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016);
- 5) Para que haja o encerramento do leilão este deverá permanecer por 3 (três) minutos sem receber outra oferta. Sobrevindo lance durante os 3 (três) minutos antecedentes ao termo final da alienação judicial eletrônica, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 3 (três) minutos, contados da última oferta, e assim sucessivamente, até a permanência por 3 (três) minutos sem receber outra oferta, quando se encerrará o pregão (artigo 24 do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016);
- 6) Durante a alienação, os lances deverão ser oferecidos diretamente no portal [www.vialeiloes.com.br](http://www.vialeiloes.com.br) e serão imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas. Não será admitido o envio de lances por qualquer outro meio, que não seja por intermédio do sistema do gestor (artigo 27, Parágrafo Único do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016);
- 7) Somente serão aceitos lances superiores ao lance corrente, tendo por acréscimo mínimo obrigatório o valor informado no site;
- 8) A comissão devida ao leiloeiro pelo arrematante será no percentual de 5% sobre o valor da arrematação, não se incluindo no valor do lance, e ser-lhe-á paga diretamente, por depósito bancário. Além da comissão, fará jus o leiloeiro público ao ressarcimento das despesas com a remoção, guarda e conservação dos bens, desde que documentalmente comprovadas, na forma da lei, a cargo do executado. (artigo 10 do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016);
- 8.1) se o valor de arrematação for superior ao crédito do exequente, a comissão do leiloeiro público oficial e do corretor, assim como as despesas com remoção e guarda dos bens, poderão ser deduzidas do produto da arrematação (Art. 10, § 4º do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);
- 9) Homologado o lance vencedor, o sistema Via Leilões emitirá guia de depósito judicial identificado, vinculado ao Juízo do processo (artigo 28 do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016);
- 10) O pagamento deverá ser realizado de imediato pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico (art. 892), salvo disposição judicial diversa ou arrematação a prazo (art. 895, § 9º) (artigo 29 do Provimento nº 375/2016 - CSM/TJMS);
- 11) A arrematação será considerada perfeita, acabada e irrevogável tão logo assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro público oficial, observadas as disposições do art. 903 do Código de Processo Civil (artigo 30 do Provimento nº 375/2016 - CSM/TJMS).
- 12) Não sendo efetuados os depósitos, serão comunicados os lances imediatamente anteriores, para que sejam submetidos à apreciação do juiz, na forma do art. 895, §§ 4º e 5º, art. 896, § 2º, art. 897 e art. 898 do CPC, sem prejuízo da invalidação de que trata o art. 903 do Código de Processo Civil. (artigo 31 do Provimento nº 375/2016 - CSM/TJMS);
- 13) O exequente, se vier a arrematar o bem, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor do bem exceder o seu crédito, depositará dentro de 3 (três) dias a diferença, sob pena de ser tornada sem efeito a arrematação e, neste caso, o bem será levado à novo leilão à custa do exequente (artigo 892, parágrafo 1º, do NCPC). Na hipótese de arrematação do bem pelo exequente, fica este obrigado ao pagamento da comissão do leiloeiro;
- 14) O arrematante que injustificadamente deixar de efetuar os depósitos, se assim o declarar o juiz do processo, terá seu nome inscrito no Cadastro de Arrematantes



Remissos do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul – PJMS e não poderá mais participar das alienações judiciais eletrônicas no PJMS pelo período de um ano, podendo, ainda, ser responsabilizado por tentativa de fraude a leilão público (artigos 335 e 358 do Código Penal) e, também, por possíveis prejuízos financeiros a qualquer das partes envolvidas no leilão, aí incluída a comissão do leiloeiro (§ 2º, artigo 23 da LEF e art. 32 do Provimento nº 375/2016 - CSM/TJMS);

**15)** Eventuais créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, por eles não respondendo o adquirente (artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional);

**16)** O(s) imóvel(is) será(ão) vendido(s) em caráter “*ad corpus*” (artigo 500, § 3º, do Código Civil) não sendo cabível qualquer pleito com relação ao cancelamento da arrematação, abatimento de preço ou complemento de área por eventual divergência entre o que constar na descrição do(s) imóvel(is) e a realidade existente;

**17)** O arrematante deverá se cientificar previamente das restrições impostas pelas legislações municipal, estadual e federal ao(s) imóvel(is), no tocante ao uso do solo ou zoneamento e, ainda, das obrigações decorrentes das convenções e especificações de condomínio, quando for o caso, as quais estará obrigado a respeitar a decorrência da arrematação do(s) imóvel(is);

**18)** Desfeita a arrematação pelo Juiz, por motivos alheios à vontade do arrematante, serão restituídos a este os valores pagos relativos ao preço do(s) imóvel(is) arrematado(s) e à comissão da leiloeiro, deduzidas as despesas incorridas;

**19)** Assinado o Auto, a arrematação é considerada perfeita, acabada e irretroatável, ainda que venham ser julgados procedentes os Embargos à Arrematação. A arrematação poderá, no entanto, ser tornada sem efeito nos casos previstos no artigo 903 e seus incisos, do Novo Código de Processo Civil;

**20)** Havendo oposição de Embargos à Arrematação, o Juiz de execução poderá, a seu exclusivo critério, transferir ao arrematante a posse precária do(s) imóvel(is) até a decisão final do recurso;

**21)** Correrão por conta do arrematante as despesas ou custos relativo à transferência do(s) imóvel(is) arrematado(s) para o seu nome. Para transferir o(s) imóvel(is) arrematado(s), o arrematante deverá primeiramente retirar junto ao Cartório da Vara responsável a respectiva “ordem de entrega/ Carta de Arrematação”;

**22)** As demais condições obedecerão ao que dispõe o Novo Código de Processo Civil, o Provimento CSM/TJMS nº 375/2016 e os artigos 335 e 358 do Código Penal.

**LEILÃO ELETRÔNICO:** O leilão será realizado pelo leiloeiro público oficial, o Senhor Ilto Antônio Martins, Matrícula nº 12 da JUCEMS, de forma integralmente eletrônica pela gestora Absolutta em Gestão de Ativos Eireli - EPP, por intermédio do portal [www.vialeiloes.com.br](http://www.vialeiloes.com.br).

**PAGAMENTO e RECIBO DE ARREMATAÇÃO:** O(s) valor(es) do(s) bem(ns) arrematado(s), deverá(ao) ser depositado(s) através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal enviada pela VIA LEILOES (obtida diretamente no site [www.vialeiloes.com.br](http://www.vialeiloes.com.br) no prazo de 24 horas da realização do leilão, bem como deverá ser depositada a comissão do leiloeiro através do pagamento de boleto na rede bancária, ou por transferência eletrônica, por meio de DOC ou TED, no mesmo prazo acima referido, na conta-corrente da Gestora de Leilão Eletrônico: Absolutta em Gestão de Ativos Eireli - EPP, CNPJ 17.533.268/0001-91, Banco 104 – Caixa Econômica Federal, Agência 1464, Conta-Corrente nº 2936-0.



**PAGAMENTO PARCELADO:**

O(s) interessado(s) em adquirir o bem penhorado em prestações, poderá(ão) apresentar por escrito até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem, por valor não inferior ao da avaliação, ou até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil.

Em qualquer hipótese, será necessário o pagamento de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista, podendo o restante ser parcelado em até 30 (trinta) meses, desde que garantido por meio de caução idônea, quando se tratar de bens móveis, ou por meio de hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis, conforme dispõe o artigo 896, incisos I e II e seus parágrafos do CPC.

A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado, conforme dispõe o artigo 895, §7º do CPC.

**OBSERVAÇÕES:**

1) Em até 5 horas após o encerramento do leilão, o arrematante receberá e-mail com instruções para os pagamentos (É importante esperar o recebimento deste e-mail antes de efetuar qualquer pagamento).

2) O arrematante deverá apresentar a guia comprobatória do referido pagamento ao cartório judicial, por meio de petição.

3) Decorrido o prazo de 24 horas do término do leilão sem que o arrematante tenha realizado os pagamentos, tal informação será encaminhada ao Juízo competente para a aplicação das medidas legais cabíveis.

**ADJUDICAÇÃO:** A partir da abertura da coleta de lances para o primeiro pregão, se o exequente adjudicar o bem penhorado, ficará responsável pelo pagamento da comissão em percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da avaliação do bem, devida ao leiloeiro.

**REMIÇÃO DA EXECUÇÃO:** Se o executado, após a abertura da coleta de lances para o primeiro pregão pagar a dívida antes de adjudicado ou alienado o bem, na forma do artigo 826 do Novo Código de Processo Civil, deverá apresentar a guia comprobatória do referido pagamento até a data e hora designadas para o leilão, acompanhada de petição fazendo menção expressa quanto à remição da execução, sendo vedado para tal finalidade o uso do protocolo integrado. Neste caso, deverá o executado pagar a importância atualizada da dívida, mais juros, custas, honorários advocatícios e a comissão em percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor do pagamento, devida ao leiloeiro.

**ACORDO:** A partir da abertura da coleta de lances para o primeiro pregão, caso seja celebrado acordo entre as partes com suspensão do leilão, fica o executado obrigado a pagar a comissão em percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor do acordo, devida ao leiloeiro.

**DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS:** pessoalmente perante a Vara Única da Comarca de Porto Murtinho/MS, situada a Rua 13 de Maio, nº 444, Centro, CEP: 79.280-000, cidade de Porto Murtinho/MS, ou no escritório do leiloeiro, localizado na Rua Alagoas, 396, 10º andar, Sala 1006, Condomínio Atrium Corporate – Jardim dos Estados, CEP: 79020-120, cidade de Campo Grande/MS, ou ainda, pelos telefones (067) 3321-7262, (067) 3026-7263 ou (067) 3026-9999, e-mail: sac@vialeiloes.com.br, ilto@vialeiloes.com.br e no site www.vialeiloes.com.br.

Todas as condições e regras deste leilão encontram-se disponíveis no portal www.vialeiloes.com.br.

Ficam: a empresa executada, por seu representante legal, os condôminos, o depositário



dos bens imóveis e demais interessados **INTIMADOS** das designações supra, caso não sejam localizados para a intimação pessoal.

Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.  
Porto Murtinho (MS), 16 de outubro de 2018.

Eu, Daniel Lacerda Charão, Analista Judiciário, digitei.  
Eu, Fauze Kaderi, chefe de cartório, conferi e subscrevi.

**JULIANO LUIZ PEREIRA**

Juiz Substituto

-assinado digitalmente-